



## Robust Political Economy: Classical Liberalism and the Future of Public Policy

Mark Pennington

Cheltenham: Edward Elgar, 2011. (302 páginas)

ISBN: 978-1-84980-765-4

O liberalismo – no sentido clássico do termo – tem sofrido ataques oriundos de diversas frentes. Sérios desafios têm sido colocados aos liberais do ponto de vista da teoria econômica, filosofia política e ética. O objetivo de Mark Pennington em *Robust Political Economy* [Economia Política Robusta] é justamente lidar com esses desafios, ao mesmo tempo em que discute os fundamentos do liberalismo clássico e a forma como eles podem ser aplicados para a resolução de problemas contemporâneos.

Pennington inicia formulando o conceito de Economia Política Robusta, um *framework* teórico a ser utilizado como referência nas análises ao longo do livro. A Economia Política Robusta pode ser entendida como a fusão de duas abordagens de análise de instituições comparadas. De um lado, temos a análise do problema do conhecimento, enfatizada nos trabalhos do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). O problema do conhecimento explora o fato dos homens não serem oniscientes: mesmo as pessoas mais inteligentes e bem informadas ignoram a maior parte do conhecimento utilizado no funcionamento cotidiano da sociedade em que elas vivem. Um planejador central benevolente, portanto, esbarriaria na inevitável inadequação de seu limitado conhecimento, frente à complexidade da tarefa a que se propôs.

Do outro lado, temos a Escolha Pública de autores como James Buchanan (1919-

2013) e Gordon Tullock. A Escolha Pública desafia o pressuposto implícito em grande parte da literatura político-econômica de que os indivíduos que compõem o setor público seriam pessoas altruístas unicamente preocupadas com alguma noção de bem comum. Nessa perspectiva, os indivíduos que compõem o Estado deveriam ser tratados como pessoas movidas por seus próprios interesses, do mesmo modo como o são os indivíduos que compõem o mercado: não há razão que justifique uma assimetria de pressupostos comportamentais nessas duas instituições. Essa estratégia de modelagem, porém, não se fundamenta na crença de que de fato todas ou a maioria das pessoas sejam egoístas, mas sim no reconhecimento de que uma instituição robusta precisa estabelecer salvaguardas contra uma minoria egoísta. Devemos, então, sempre levar em conta que as motivações dos governantes e burocratas podem não ser das melhores.

Unindo os *insights* do problema do conhecimento e da Escolha Pública, a Economia Política Robusta visa a responder a seguinte questão: quais instituições têm melhor desempenho quando as pessoas têm conhecimento limitado e estão propensas ao comportamento individualista? A resposta para essa pergunta, de acordo com o liberalismo clássico é: “as instituições da propriedade privada ou individual, a economia de mercado e o governo limitado confinado à resolução de controvérsias entre os grupos são mais adequa-

dos para satisfazer as necessidades de um regime sadio” (p. 3).

O liberalismo clássico enfatiza a importância da liberdade de associação, a qual, em conjunto com a observância de direitos de propriedade, permite a emergência de ordens espontâneas: ordens que se originam da ação humana, mas não do desígnio humano. Tais ordens espontâneas possuem duas vantagens: (1) elas estão melhor situadas para lidar com o conhecimento imperfeito e racionalidade limitada, pois se adaptam ao conhecimento embutido nos nodos que a constituem e (2) elas permitem evolução experimental, o aprendizado via tentativa e erro. O liberalismo clássico também dá salvaguardas contra o abuso de poder que ocorre quando as pessoas agem em prol dos seus interesses. No mercado, os indivíduos podem exercer a opção de saída, permitindo que escapem de agentes que ofereçam termos de cooperação inferiores.

As bases teóricas que sustentam o liberalismo clássico, porém, têm sofrido ataques vindos de frentes diversas. Em Economia, críticos do liberalismo apontam para as “falhas de mercado” como justificativa para a intervenção estatal. Argumenta-se que, quando existem imperfeições como externalidades, bens públicos, competição imperfeita e informação assimétrica, o livre mercado não gera resultados eficientes, de modo que a ação do governo poderia (em tese) aprimorar o resultado. Tais críticas, porém, são equivocadas por se limitarem a comparar o mundo real com um modelo irrealista, incorrendo, assim, na falácia do nirvana. Comparado a um modelo ideal, o mundo real sempre parecerá bastante inadequado.

Do ponto de vista da Economia Política Robusta, porém, a comparação relevante se dá entre diferentes arranjos institucionais, avaliados de acordo com sua capacidade de lidar com o problema do conhecimento e o problema dos incentivos. A alternativa real ao mercado imperfeito não é o “mercado perfeito”, mas sim a submissão parcial do

processo de mercado ao processo político. Para Pennington, os teóricos das “falhas de mercado” erram ao não prover uma análise institucional comparada que mostre de que forma uma “economia mista” apresentaria desempenho melhor do que o do livre mercado, tendo em vista os problemas de conhecimento e de incentivos. Quando isso é feito, argumenta ele, as vantagens do liberalismo clássico ficam claras.

Uma crítica bastante distinta ao liberalismo é feita no campo da teoria política por autores comunitaristas. Esses criticam os autores liberais por supostamente terem uma compreensão equivocada do *self*, visto erroneamente como livre para escolher seus próprios valores e definir uma concepção personalizada do bom. Para esses autores, a comunidade realiza seu potencial quando há deliberação coletiva dos fins sociais e determinação coletiva das escolhas sociais. Nesse sentido, a opção de saída provida pelo liberalismo clássico é vista como prejudicial à formação de um contexto adequado para a articulação do bem comum, ao contrário do que ocorreria numa democracia deliberativa, onde as preferências individuais podem ser avaliadas e questionadas em prol do bem da comunidade vista como um todo.

Pennington aponta que muitos liberais reconhecem que as pessoas são seres situados que adquirem muitas de suas preferências e valores do ambiente social. Mas dizer que as pessoas são, em grande medida, produto da sociedade não implica na afirmação de que o ambiente social é ou deva ser moldado intencionalmente por algum grupo particular. Na verdade, não só o ambiente social é, em grande medida, produto não intencional da ação humana, como uma comunidade avançada e complexa só pode ser mantida através desse processo de ordem espontânea, ou seja, somente se for abandonado o projeto de perseguir “propósitos sociais” deliberadamente. Dentro de uma perspectiva hayekiana, a complexidade do todo social faz com que seja impossível que

os seus indivíduos constituintes compreendam detalhadamente os fundamentos do seu funcionamento. Os comunitaristas, ao defenderem alguma variação de democracia deliberativa, exigem dos indivíduos uma capacidade cognitiva que está além de suas possibilidades.

Se, então, for levado em conta que incentivos importam, a democracia deliberativa torna-se ainda menos promissora. Quando as chances de um voto individual afetar uma eleição são muito pequenas, o incentivo para que as pessoas gastem tempo e recursos se informando sobre política é quase inexistente. Tal vácuo informacional, por sua vez, pode facilmente ser preenchido por grupos de interesse que extraem grandes benefícios *per capita* de certas políticas, independente da magnitude do prejuízo gerado aos demais. Ao invés de ser um espaço de construção do bem comum, como pensam os comunitaristas, a democracia deliberativa tende, portanto, a ser um ambiente propício à defesa de interesses particulares em detrimento do interesse da população em geral.

As críticas econômicas e políticas ao liberalismo clássico são de grande relevância, mas é provavelmente no campo moral que surgiram os mais influentes detratores dos ideais liberais. Em especial, os diferentes defensores do igualitarismo como John Rawls (1921-2002), Ronald Dworkin (1931-2013) e Iris Young (1949-2006) questionam a moralidade do sistema liberal, por ele produzir desigualdades tidas como injustificáveis. Enquanto Rawls e Dworkin focam na problemática da desigualdade de renda, Young acredita que igualmente relevantes são as desigualdades de gênero, raça e identidade sexual. Embora tais autores difiram de forma significativa em diversos aspectos, eles estão unidos na defesa de um arranjo social que incorpore o princípio do “igual respeito”.

Para Pennington, o grande defeito dos autores igualitaristas é incorrer no racionalismo construtivista. Tais teorias, argumenta

ele, frequentemente ignoram o processo de discordância e divergência social através do qual o conhecimento de questões pertinentes à justiça podem ser descobertos e comunicados. A possibilidade de a razão precisar ser informada por um processo de experimentação e aprendizado social é excluída pelos pressupostos dos modelos desses autores. No liberalismo clássico, ao contrário disso, a necessidade de regras e instituições decorre, em grande parte, do fato das pessoas não possuírem o conhecimento necessário para concordar num único conceito de justiça social a ser perseguido. Por tal razão, a perspectiva liberal clássica defende que, no lugar de teorias de justiça estáticas e de estado final, deveríamos favorecer teorias que foquem no processo dinâmico pelo qual princípios de justiça podem ser descobertos e disseminados.

Outra importante objeção feita por Pennington aos igualitaristas é a de que existe um *trade-off* entre igualdade e outros fins humanos, como um maior padrão de vida, a excelência artística e intelectual, o desejo de proteger o meio ambiente, etc. Cada pessoa, no entanto, pode escolher solucionar esses *trade-offs* de maneira diferente, de modo que não existe um *trade-off* único que determine inequivocamente qual o nível aceitável de desigualdade. Há também um grande problema com o fato de os igualitaristas tratarem os talentos pessoais como um “ativo comum” cujos benefícios devem ser redistribuídos e questionarem o direito de propriedade baseado no princípio de “primeira aquisição” de recursos não apropriados. Sem nenhuma garantia de que poderão se apropriar dos possíveis benefícios de seus esforços, onde vigorarem os princípios igualitaristas, as pessoas não terão incentivos adequados para desenvolverem seus talentos e investirem ao máximo os seus recursos.

Tendo lidado com os principais críticos do liberalismo clássico, Pennington busca defender a aplicação dos princípios do liberalismo clássico às áreas que ele julga